



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10417 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

Federação Nacional das Apaes no Brasil, intelectuais e a disputa pela hegemonia nas políticas de educação especial (1963-2015)

João Henrique da Silva - UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capaes

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES NO BRASIL, INTELECTUAIS E A DISPUTA PELA HEGEMONIA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (1963-2015)

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo identificar os intelectuais da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) que participaram na disputa da hegemonia nas políticas educacionais entre 1963 e 2015. Trata-se de uma pesquisa ancorada no método materialismo histórico e dialético que trabalhou com análise documental e alguns elementos da análise crítica do discurso. Os resultados da pesquisa evidenciam que houve 10 dirigentes ao longo de 52 anos que se caracterizam como intelectuais orgânicos vinculados à burguesia. Esses intelectuais influenciaram ou foram influenciados as políticas de educação especial para manter o funcionamento das Apaes como escolas especiais. Portanto, os intelectuais são mediadores do grupo dominante tem disputado hegemonia nas políticas de educação especial desde 1963, buscando exercer domínio e direção na oferta da educação as pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Federação Nacional das Apaes. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Intelectuais. Educação Especial

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) desde sua fundação, em 13 de julho de 1963, conta com intelectuais orgânicos vinculados a classe burguesa, que são responsáveis por mediar no Estado serviços e recursos para as suas instituições privadas-assistenciais, denominadas de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), sendo a primeira criada na cidade de Rio de Janeiro, no antigo estado da Guanabara, em dia 11 de dezembro de 1954. Tais instituições desenvolvem diferentes trabalhos para as pessoas com deficiência no âmbito da educação, saúde, assistência social, trabalho e lazer.

Os intelectuais, representados quase sempre por seus ex-presidentes da federação nacional, sedimentam uma concepção de educação e deficiência ao longo das décadas, interferem nas políticas educacionais e são portadores da voz da família e da própria pessoa com deficiência. Eles são responsáveis pela conquista da hegemonia social e política. (GRAMSCI, 2001).

A tarefa desses intelectuais expande-se com as políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001) que propiciou a consolidação do chamado “terceiro setor” no Brasil, no qual diferentes instituições filantrópicas, como as Apaes se consideravam pertencentes. Já nos governos Lula e Dilma a Fenapaes precisa se reestruturar para manter seus serviços educacionais financiados pelo Estado.

Para compreender melhor a disputa da Fenapaes nas políticas de Educação Especial é necessário conhecer os intelectuais que influenciaram as decisões políticas. Dessa forma, este texto apresenta uma pesquisa que teve por objetivo identificar os intelectuais da Fenapaes que participaram na disputa da hegemonia nas políticas educacionais entre 1963 e 2015. O recorte temporal justifica-se por a Fenapaes foi fundada em 1963. E o ano de 2015 é ano da aprovação da Lei Brasileira de Inclusão, posterior a publicação do Plano Nacional da Educação 2014-2014. Em ambas as legislações, a Fenapaes manteve-se presente para consolidar sua posição em defesa do reconhecimento das Apaes como especiais e o recebimento de recursos da área da Educação, como do Fundo de Manutenção Básica e Desenvolvimento da Educação – Fundeb.

Trata-se de uma pesquisa sustentada no método materialista histórico e dialético, fundamentado no pensamento de Antonio Gramsci, baseando-se nos conceitos essenciais como: intelectuais, Estado, hegemonia, sociedade civil, sociedade política e ideologia.

Como procedimento metodológico foi utilizado a análise documental e algumas ferramentas da Análise Crítica do Discurso proposta por Norman Fairclough. As fontes documentais correspondem a 30 documentos: textos administrativos e políticos da Fenapaes, o Projeto Águia, o Projeto Sinergia e o Programa “Apae Educadora”, bem como os diversos documentos da Federação, como algumas edições da revista Mensagem da Apae.

Os resultados da pesquisa constataam que a Fenapaes, como um bloco político, atua como intermediadora entre a pessoa com deficiência, a família e o Estado. Ela representa a força mobilizadora de intelectuais orgânicos vinculados à burguesia, que prestam serviços assistenciais na área da educação, da saúde e da assistência social. Como sociedade civil, a Fenapaes sustenta-se no pilar da *philanthropia*, isto é, no “amor à humanidade”, e é constituída por pessoas que abraçam a causa de pessoa com deficiência intelectual e a causa de pessoa com deficiência intelectual associada a outras deficiências.

A filantropia esconde seu significado ideológico na assistência social, por meio da qual direciona-se aos segmentos da população que vivem sob o signo da exclusão social, neste caso, da pessoa com deficiência, mas não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade (MESTRINER, 2008). A assistência social realizada pelo Estado atua com benevolência paliativa, com benesses ao setor privado.

Tais benesses encontram-se presentes na relação do Estado com a Fenapaes, que representa as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, desde a sua fundação. A Federação possui parcerias privadas e públicas, bem como a representatividade no Congresso Nacional e no Estado, em sentido estrito. Construiu-se, ao longo da história da política pública educacional, o legado de que o melhor espaço para atender às demandas da pessoa com deficiência seria o das entidades filantrópicas. As legislações, fruto do embate de forças políticas, garantem, até hoje, às entidades filantrópicas, a tarefa de prestar serviços ao público com deficiência intelectual, assegurando financiamento e convênios com o Poder Público.

Após a 66 anos de fundação da primeira Apae e há 58 anos da Federação, ou seja, mais do que a metade de um século, a Rede Apae conta com uma camada de intelectuais que propicia a manutenção de sua atividade de forma assistencialista e caritativa, financiada com recursos públicos e privados (Fenapaes, 2015). A Rede Apae disputa o fundo público em diversas

áreas ou setores, não atua setorialmente e calcado nos valores da solidariedade local, do voluntariado, da autorresponsabilização e individualização, a substituir os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Para atingir seus feitos são necessários os intelectuais, que na acepção gramsciana são aqueles que num grupo social dão homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico, social e político. Os intelectuais são mediadores do grupo social, por meio do qual exercem a capacidade assimiladora e organizadora da sociedade, para criar as condições mais favoráveis de expandir a própria classe (GRAMSCI, 2001). No caso da Fenapaes, profissionais liberais e do aparato policial do Estado foram intelectuais que mediaram as relações políticas, atendendo aos interesses dos donos dos meios de produção.

Na análise das fontes verifica-se que houve 10 presidentes diferentes na Fenapaes entre 1963 e 2015, sendo seis pessoas no intervalo de 28 anos (1963-1991) e nos outros 24 anos há quatro pessoas (1991 e 2015). Nenhum desses ex-dirigentes possui alguma deficiência, mas foram ou são consideradas como portadores da voz das pessoas com deficiência e das famílias. Em alguns casos, os ex-presidentes eram pais de crianças com deficiência.

Os ex-presidentes da Fenapaes foram: Antônio Clemente dos Santos Filho (1963-1965), Antônio Santos Figueira (1965-1967), José Cândido Maes Borba (1967-1977), Justino Alves Pereira (1977-1981), Elpídio Araújo Neris (1981-1987), Nelson de Carvalho Seixas (1987-1991), Flávio José Arns (1991-1995; 1999-2001), Eduardo Luiz Barros Barbosa (1995-1999; 2006-2011), Luiz Alberto Silva (2001-2005), Aracy Maria da Silva Lêdo (2011-2015). (MENSAGEM DA APAE, 2014).

O primeiro presidente da entidade era médico e professor. O segundo, Antônio Figueira, era pediatra. O terceiro era um coronel do exército que foi responsável inclusive para levar a sede da Fenapaes para Brasília, com apoio do governo civil militar em 1968. O quarto e o sexto – Justino e Nelson - eram médicos e ocuparam cargo de deputados. E o quinto era professor universitário (MENSAGEM DA APAE, 2014; JANNUZI; CAIADO, 2013).

O documento Planejamento Estratégico 2009-2011 da Fenapaes explica que o perfil dos dirigentes da instituição precisavam ser pessoas que pudessem exercer influência política (FENAPAES, 2009). Uma das principais influências foi na Assembleia Constituinte, na qual Nelson defendeu o atendimento educacional de forma substitutiva para pessoas com deficiência, que resultou na palavra preferencialmente no artigo 208, inciso III. Mas também participaram na criação do Centro Nacional da Educação Especial (1973), da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1986) e em diversos conselhos nacionais, estaduais e municipais.

A partir de 1990, os dirigentes, como Eduardo Barbosa e Flávio Arns, também correspondem aos intelectuais orgânicos vinculados à classe burguesa. Eles tomaram posse de cargos políticos em diversas eleições legislativas. O sistema eleitoral oportunizou que eles representassem o eleitorado que apoia uma instituição privada que se preza pelo serviço filantrópico e não pela efetividade dos direitos. Os dirigentes, representantes da Fenapaes, costumavam alianças para que fosse possível que o Poder Público transferisse recursos de fundos da educação para as Apaes.

Flávio Arns é professor e político. A sua trajetória profissional é caracterizada, principalmente, por ser professor da PUC-PR, cargos comissionados na Secretaria do Estado do PR e na política. Já atuou em várias legislaturas, como deputado ou membro do executivo. Atualmente, é senador pelo Paraná no Podemos, mas já passou pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT). (MENSAGEM DA APAE,

2014; SENADO FEDERAL, 2016). A sua principal contribuição deve-se a Resolução n. 3600/2011 e a Lei nº 17.656. Por meio da resolução de 2011, o governo do Paraná autorizou a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na Modalidade de Educação Especial, com oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos – Fase I e Educação Profissional/Formação inicial, a partir do início do ano letivo de 2011. E a Lei n. 17.656, de 12 de agosto de 2013, instituiu o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial. Tal política estadual dá legitimidade e reconhecimento das Apaes como escolas especiais, sob uma configuração desvirtuada da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. E o estado do Paraná mantém, ao mesmo tempo, a escola comum com salas de recursos. Constitui uma dualidade e ambiguidade do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência.

Eduardo Barbosa é médico e já atuou em várias secretarias de MG. Desde 1991 é deputado federal pelo PSDB. Atualmente, exerce o cargo de vice-liderança no partido na Câmara dos Deputados. (MENSAGEM DA APAE, 2014).

Luiz Alberto Silva é militar da aeronáutica e atua no ramo empresarial da educação. Já foi presidente da Apae de Florianópolis (1984-1990) e Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial (2010). Também foi deputado estadual (suplente) pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB (1999-2002), hoje extinto e recebe o nome de Partido Progressista (PP). Representou o movimento apaeano como presidente da Federação Estadual das Apaes do estado de Santa Catarina nas gestões e presidente da Fenapaes de 2001 a 2005.

Aracy Lêdo possui trajetória como professor, diretora e cargos comissionadas na área de políticas no Rio Grande do Sul.

Nos documentos estudados verifica-se que os intelectuais da Fenapaes cumpriram uma função fundamental na disputa da hegemonia na área da educação especial, porque agiram a favor dos objetivos concebidos pelo movimento apaeano.

Os principais ex-presidentes da Fenapaes são Flávio Arns e Eduardo Barbosa uma vez que ocuparam cargos de deputados ou senadores durante as gestões em que estavam como presidentes da Fenapaes. Esse contexto desnuda uma articulação política intencional dos intelectuais da Fenapaes, realizada no interior do movimento, para conseguir que suas reivindicações fossem pleiteadas no Congresso Nacional.

Analisando, então, que os ex-presidentes da Fenapaes são intelectuais orgânicos são vinculados à classe fundamental burguesa, porque foram os responsáveis por dar direção ao movimento e possibilitar a concretização dos objetivos da entidade, conforme consta nos textos da Revistas Mensagem da Apae, em diferentes edições, dentre elas a de 2014.

Portanto, a Fenapaes atuou na disputa das políticas de educação especial por meio dos seus ex-presidentes que defenderam as pautas da instituição, principalmente relacionadas a educação, defendendo a manutenção de espaços segregados de formação educacional para pessoas com deficiência, financiados com recursos públicos e privados.

REFERÊNCIAS

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (FENAPAES). **Relatório de Atividades – 2014**. Brasília, DF: Fenapaes,

2015.

FENAPAES. **Planejamento estratégico 2009-2011**. Brasília, DF: Federação Nacional das Apees, 2009. 36p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – volume 2: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo**. 2 ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

JANNUZZI, Gilberta de M.; CAIADO, Kátia R. M. **APAE: 1954 a 2011 – algumas reflexões**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MENSAGEM DA APAE. **Edição Especial – 60 anos**. Brasília, DF: Federação Nacional das Apees, 2014.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Valdete A. V. de. **Publicização/privatização da educação especial no Paraná: Gestão Requião (2003-2010)**. 2011. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

PLATAFORMA LATTES. **Currículos lattes: buscar currículo**. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>. Acesso em: jan./jul. 2017.

SENADO FEDERAL. **Biografia Flávio Arns**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/345>>. Acesso em 18 ago. 2016.